A DIREITA EM SÃO PAULO E SUAS POLÍTICAS URBANAS

DOI:10.25091/S01013300202600020009

EDUARDO MARQUES*

RESUMO

O artigo analisa o cenário político e as políticas urbanas propostas pelos governos de direita e centro-direita na cidade de São Paulo de 1985 até 2024 a partir de estudos e dados previamente coletados. Os resultados demonstram agenda focada no paradigma do automóvel, em ações e discursos de lei e ordem com segurança pública e zeladoria urbana, na regulação dos comportamentos individuais e em delegações ao setor privado e organizações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: *política urbana*; *políticas urbanas*; *governos municipais*; *governos conservadores*; *São Paulo*

The Right in São Paulo and Its Urban Policies

ABSTRACT

Based on previously collected studies and data, this article analyzes the public and urban planning policies of right-wing and centre-right governments in São Paulo city from 1985 to 2024. The results show an agenda focused on a car-centric paradigm, law-and-order measures and rhetoric concerning public safety and urban maintenance, the regulation of individual behaviour, and the delegation of responsibilities to the private sector and social organizations.

KEYWORDS: *urban politics*; *urban policies*; *municipal governments*; *conservative governments*; *São Paulo*

* Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
ecmarq@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo discute as políticas urbanas desenvolvidas por governos de prefeitos de partidos de direita e centro-direita no município de São Paulo, desde o retorno da democracia ao Brasil em meados dos anos 1980. Na literatura brasileira são raros os estudos sobre os perfis amplos de políticas locais, e ainda mais raras as ênfases em governos municipais de perfis conservadores. Isso cria uma importante lacuna relativa ao conhecimento do perfil das políticas criadas e implementadas por administrações do espectro político que, como veremos, é majoritário no Brasil.

O caso de São Paulo é interessante nesse sentido pela predominância conservadora, apesar da constante alternância entre prefeitos de campos ideológicos distintos, o que favorece mudanças de agenda. Desde 1985, quando as eleições diretas para prefeitos de capitais retornaram, a cidade foi governada por 12 prefeitos, três deles de esquerda, três de direita e outros seis de centro-direita, um desses coligado com a direita. Na Câmara de Vereadores a predominância legislativa em termos das cadeiras controladas pelos partidos de direita é ainda mais clara (Hoyler, 2022).

O foco deste estudo nos programas de administrações de direita[1] é de certa forma complementar a outro, que se concentrou de forma mais sistemática na produção das políticas redistributivas na cidade (Marques, 2021). Dada essa ênfase, aquela primeira análise acabou por focar as administrações de esquerda. Nesse caso, observou-se um paradoxo, pois, apesar do eleitorado de São Paulo ser predominantemente conservador (Marques; Hoyler, 2021), a cidade acumulou políticas redistributivas e progressistas significativas nas últimas três décadas. Embora os governos de direita e centro-direita também participassem dessas trajetórias, o faziam com menor agência, usualmente reagindo a políticas herdadas de governos anteriores de esquerda e desacelerando, mas raramente extinguindo, programas que acabariam por ser reanimados na próxima gestão de esquerda. Denominei de progressivismo incremental esse processo de acúmulo de trajetórias oscilantes de políticas públicas redistributivas.

Restou, entretanto, depois daquele estudo, responder à pergunta complementar, que consiste no objetivo deste artigo: o que administrações de direita fizeram na maior metrópole brasileira? Outro tema de investigação relevante, e associado, seria: se (e em que condições) gestões de esquerda dão prosseguimento a iniciativas criadas em governos de direita, mas isso ficará para outro momento.

O exercício de investigação realizado neste artigo é de natureza descritivo-analítica e focado nas políticas do urbano. Seu objetivo é sistematizar as políticas urbanas de governos de direita na cidade de São Paulo cronologicamente. Tomo como ponto de partida as informações sobre políticas e programas municipais acumuladas ao longo de anos de pesquisa sobre a cidade, grande parte deles explorados em três livros (Marques; Torres, 2005; Marques, 2018, 2021), além de inúmeros artigos. Tais informações foram obtidas por extensa análise de documentos, legislações, dotações orçamentárias e inúmeras entrevistas com gestores públicos, pesquisadores e participantes de organizações da sociedade civil organizadas e sistematizadas naquelas publicações. O processo de produção do presente artigo se baseou

[1] Vale anotar que utilizo neste texto os termos "administrações de direita" e "governos conservadores" como sinônimos e associados a gestões cujos partidos ou coalisões dos prefeitos podem ser classificados de direita ou de centro-direita segundo classificações utilizadas no momento pela ciência política brasileira (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023; Zucco; Power, 2024).

nas informações previamente coletadas por essas pesquisas, assim como no conhecimento acumulado pelo autor nesses exercícios analíticos. Não cabe aqui fazer uma recuperação sistemática das teorias sobre a política e as políticas das cidades – tarefas já realizadas anteriormente (Marques, 2017); em vez disso, discuto as literaturas teóricas específicas quando relevante.

As regularidades encontradas nos resultados apontam para as seguintes preferências e agendas (em geral não redistributivas): reforços ao paradigma do automóvel; ações e discursos de lei e ordem, que misturam segurança pública com zeladoria urbana; ações de regulação dos comportamentos individuais; e, mais recentemente, ações intensas de privatização, concessão e parcerias com o setor privado e organizações sociais, na chamada governança híbrida. Vale dizer que certos temas ou regiões foram abordados em todos os governos, mas com diferentes enfoques, como nas intervenções na área central. Embora praticamente todas as gestões desde 1985 tenham criado e/ou implementado projetos na região, eles variaram da promoção de ocupação com políticas de habitação de interesse social e valorização do espaço público – em gestões de esquerda – a programas de zeladoria com foco na lei e ordem – em administrações de direita. A região da Cracolândia, área de concentração de usuários de drogas no centro da cidade, foi um elemento constante nessas políticas, que também variaram: foram de promoção de redução de danos para usuários de substâncias, em gestões de esquerda, a repressão ao tráfico e a internação de usuários de drogas – por vezes, compulsória –, em governos de direita.

É relevante registrar ainda algumas ressalvas. As agendas dos governos não são investigadas aqui pela inclusão de temas no orçamento municipal ou a partir de debates públicos, mas pela execução de programas, seus objetos, públicos-alvo e espacialidades. O artigo considera, então, programas implementados que geraram um impacto mínimo na cidade e não cobre ações anunciadas que ficaram apenas no campo do discurso político e não se efetivaram. Por fim, seu objeto central é o que denomino de políticas do urbano (Marques, 2018), isto é, políticas que incidem centralmente e são associadas à construção, manutenção e funcionamento da cidade e à promoção das condições de vida urbana.

Trato conjuntamente dos governos de partidos de direita e de centro-direita pela contiguidade de suas preferências, mas também pelas frequentes alianças entre eles. Como veremos, essa premissa se verifica correta na análise empírica. Para classificar os partidos, sigo classificações amplamente aceitas e disseminadas na ciência política brasileira, que posicionam ideologicamente os partidos e

captam as transformações desse posicionamento a partir de respostas de deputados federais a *surveys* sobre políticas públicas (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023; Zucco; Power, 2024).

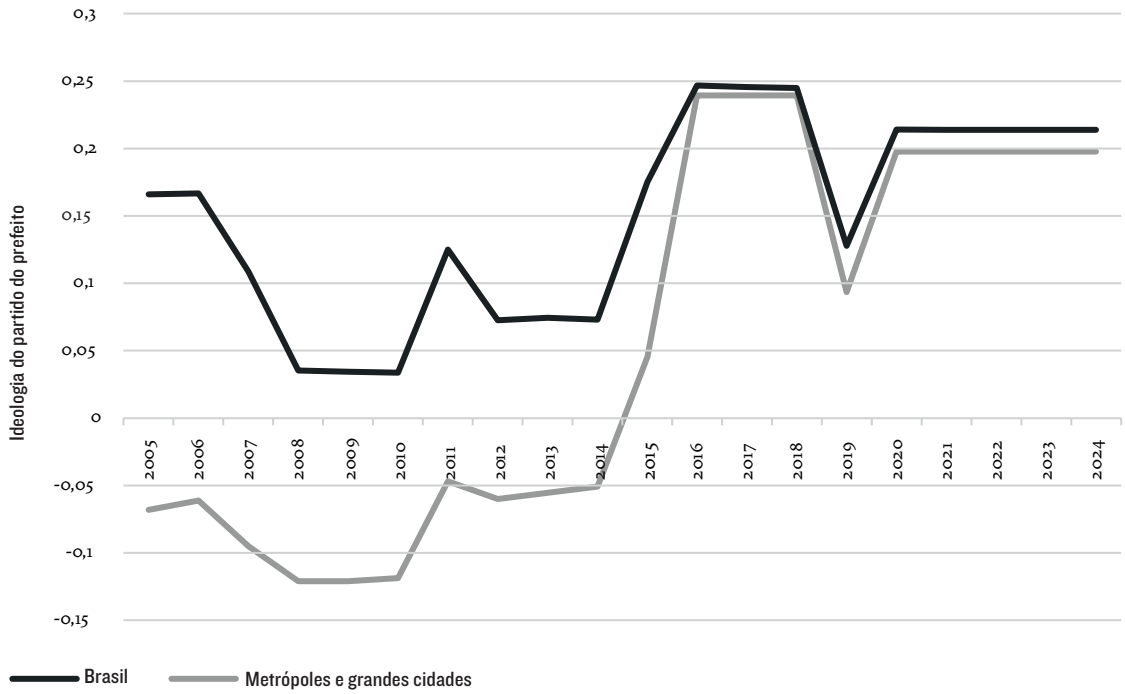
Na primeira seção, discuto a política da cidade, as eleições, a formação de governos e as relações Executivo-Legislativo. Na segunda, descrevo e analiso as administrações de direita e centro-direita da cidade de São Paulo desde 1985 até 2024 e suas políticas de forma detalhada. Ao final, sumarizo e discuto os principais padrões observados.

POLÍTICA E FORMAÇÃO DE GOVERNO EM SÃO PAULO DESDE O RETORNO DA DEMOCRACIA

Ainda são relativamente raros no Brasil estudos que tentam caracterizar os perfis das políticas locais executados por certos tipos de governos, a exemplo de outros da literatura internacional (Borraz; John, 2004; Hajnal; Trounstine, 2017; Einstein; Glick, 2018). Existe uma tradição de estudos sobre voto local (Lamounier, 1986; Pierucci; Lima, 1993; Kinzo; Borin; Martins, 2003; Limongi; Mesquita, 2011) e monografias sobre prefeitos ou gestões específicas (Couto, 1994; Teixeira, 2012; Marques, 2003). Há também diversos estudos de caso sobre políticas específicas (Grin, 2011; Souza, 2011; Silva, 2014; Requena, 2015; Araújo, 2016; Almeida, 2019; Campos, 2019; Sampaio; Sampaio; Pavão, 2021; Dalt, 2023; Minarelli, 2024; Portugheis, 2024), além de alguns estudos longitudinais sistemáticos de políticas do urbano (Marques, 2018). Investigações amplas sobre as políticas de administrações de perfis ideológicos distintos, em especial de direita, são ainda mais raras.

Ocorre que a política local brasileira é deslocada exatamente para a direita (Power; Rodrigues-Silveira, 2019), embora com diferenças entre municípios. O Gráfico 1, a seguir, evidencia isso nos últimos 20 anos, desagregando o Brasil como um todo das maiores e mais desenvolvidas 171 municipalidades, denominadas "metrópoles e grandes cidades," a partir de análise de cluster de indicadores sociais, urbanos, administrativos e fiscais (Peres; Marques; Armani, 2026). O gráfico apresenta um índice de classificação ideológica dos partidos dos prefeitos a partir das respostas de deputados a *surveys* legislativos (Zucco; Power, 2024), e varia de -1 (extrema esquerda) a +1 (extrema direita). Para partidos não incluídos no trabalho de Zucco e Power (2024), usamos os posicionamentos relativos de outro trabalho bastante disseminado nos debates do país (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023).

GRÁFICO I
Média do índice de ideologia dos partidos dos prefeitos, 2005-24



Fonte: Marques, Peres e Armani (2026) a partir de dados eleitorais do TSE (s.d.) e método de Zucco e Power (2024).

Como destacado no Gráfico 1, o conjunto de todos os municípios brasileiros se mantém no campo da direita (valores superiores a zero) durante todo o período, mas com valores mais à esquerda inicialmente (bastante baixos antes de 2014). Portanto, as cidades do país foram predominantemente governadas por partidos de direita no período. As metrópoles e grandes cidades têm valores substancialmente mais baixos do que o agregado de todas as cidades nos primeiros dez anos, indicando que eram predominantemente governadas por partidos de esquerda. Após 2014, a curva que representa as cidades maiores e mais desenvolvidas assume valor acima de zero, tal como a curva de todo o Brasil, tem forte ascensão até 2016 e mantém-se no campo da direita até 2024. Assim, mesmo que as metrópoles tenham comportamento eleitoral mais à esquerda, a predominância nacional é de direita.

No caso de São Paulo, a predominância da direita e da centro-direita é clara, apesar da intensa competição e oscilação política. Os resultados eleitorais são apresentados na Tabela 1. Entre o retorno das eleições diretas para prefeitos em 1985 e o momento atual, São Paulo teve doze prefeitos eleitos. Desses, três podem ser classificados de esquerda (PT), outros três de direita (PDS/PPB) e seis de centro-direita (PSDB/PSD) – com um desses últimos em coalizão política com a direita (MDB/PL).

TABELA I
Resultados das eleições para prefeito de São Paulo

Ano	Eleição	Candidatos	Partidos	Votos
1985	turno único	Jânio Quadros	PTB	37,53%
		Fernando Henrique Cardoso	PMDB	34,16%
1988	turno único	Luiza Erundina	PT	29,84%
		Paulo Maluf	PDS	24,45%
1992	1º turno	Paulo Maluf	PDS	48,85%
		Eduardo Suplicy	PT	30,68%
	2º turno	Paulo Maluf	PDS-PPB	58,08%
		Eduardo Suplicy	PT	41,92%
1996	1º turno	Celso Pitta	PPB	48,24%
		Luiza Erundina	PT	24,50%
	2º turno	Celso Pitta	PPB	62,28%
		Luiza Erundina	PT	37,72%
2000	1º turno	Marta Suplicy	PT	38,01%
		Paulo Maluf	PPB	17,35%
	2º turno	Marta Suplicy	PT	58,51%
		Paulo Maluf	PPB	41,49%
2004	1º turno	José Serra	PSDB/PFL	43,56%
		Marta Suplicy	PT	35,82%
	2º turno	José Serra	PSDB/PFL	54,86%
		Marta Suplicy	PT	45,14%
2008	1º turno	Gilberto Kassab	DEM/PMDB	33,61%
		Marta Suplicy	PT/PCdoB	32,79%
	2º turno	Gilberto Kassab	DEM/PMDB	60,72%
		Marta Suplicy	PT/ PCdoB	39,28%
2012	1º turno	José Serra	PSDB	30,75%
		Fernando Haddad	PT/PCdoB	28,98%
	2º turno	José Serra	PSDB	44,43%
		Fernando Haddad	PT/PCdoB	55,56%
2016	1º turno	João Doria	PSDB	53,29%
		Fernando Haddad	PT/PDT	16,70%

Ano	Eleição	Candidatos	Partidos	Votos
2020	1º turno	Bruno Covas	PSDB-PMDB	32,9%
		Guilherme Boulos	PSOL/PSB	20,2%
	2º turno	Bruno Covas	PSDB/PMDB	59,38%
		Guilherme Boulos	PSOL/PSB	40,62%
2024	1º turno	Ricardo Nunes	MDB/PL	29,48%
		Guilherme Boulos	PSOL/PT	29,07%
	2º turno	Ricardo Nunes	MDB/PL	59,35%
		Guilherme Boulos	PSOL/PT	40,65%

Fonte: TRE-SP (s.d.). As mudanças de legenda foram indicadas com hífen e partidos dos vice-prefeitos com barra oblíqua, quando diferentes do partido do prefeito.

Como indica a Tabela 1, os dois primeiros prefeitos foram eleitos em eleições de turno único, mas as seis eleições seguintes apresentaram intensa competição com segundos turnos. As eleições locais opuseram a direita à esquerda (Pierucci; Lima, 1993) nos primeiros cinco pleitos e depois a centro-direita à esquerda nos sete seguintes (Limongi; Mesquita, 2011). A trajetória foi de alternância ideológica, mas com duas ou três administrações de direita a cada governo de esquerda. Nos primeiros turnos, a direita foi vencedora em dez dos doze pleitos, embora em dois deles por muito pouco, 2012 e 2024. A esquerda venceu apenas dois primeiros turnos: Luiza Erundina em 1988 (na verdade, turno único) e Marta Suplicy em 2000.

As vitórias da esquerda são o elemento a ser explicado na tabela, dada a clara inclinação do eleitorado à direita. A primeira delas se beneficiou do turno único, assim como da conjuntura associada às mobilizações que cercaram a promulgação da Constituição de 1988. A segunda se deveu a uma profunda crise política do governo anterior, de Celso Pita – uma gestão marcada por grandes escândalos de corrupção, desgoverno administrativo e financeiro, que levou o prefeito a ser afastado e, posteriormente, preso. A terceira vitória da esquerda, de Fernando Hadadd, em 2012, ocorreu no segundo turno e foi em grande parte impulsionada pelo momento muito favorável do então presidente Lula, que o havia escolhido como candidato.

As últimas três eleições foram vencidas por candidatos de centro-direita. A de 2016, ainda no primeiro turno. Isso não necessariamente indica uma redução estrutural da competição na cidade, pois acompanha o deslocamento à direita da política brasileira a partir de meados dos anos 2010 (Gráfico 1).

A predominância da centro-direita e da direita é ainda mais clara nas eleições legislativas. A Tabela 2 apresenta as principais informações

das composições legislativas no período. A bancada dos partidos de esquerda varia entre 15,2% e 38,2%, mas quase sempre tem entre 20% e 30%. A centro-direita chega a alcaçar 47,3% na legislatura de 2013 a 2016, mas declina desde então, alcançando apenas 20%, sua pior marca, na atual composição legislativa (2025-28). A direita, por outro lado, teve entre 23,6% (2013 a 2016) e chegou a 49,1% na legislatura atual. Apesar do atual prefeito Ricardo Nunes ser de um partido de centro-direita, sua coalisão de governo (e seu vice-prefeito) são de direita, contando com maciço apoio na Câmara. As células hachuradas na Tabela 2 indicam o campo majoritário em cada legislatura. Praticamente todas as maiores minorias (*pluralities*) são de direita e de centro-direita. A única maior minoria de esquerda foi conquistada na eleição de Marta Suplicy em 2000. Essa legislatura parece representar um ponto de transição entre longas hegemonias da direita e da centro-direita. Nas duas últimas legislaturas, a direita voltou a dominar.

TABELA 2. Composição política da Câmara Municipal de São Paulo (1986-2028)

		Partido do prefeito(**)	Composição da Câmara por ideologia (%)			Fragmentação		Tamanho da coalisão	
			Esquerda	Centro direita	Direita	Partidos com assentos	Partidos com < 3 assentos	Partidos	%
Jânio Quadros	1986-1988 (*)	PTB/PFL	15,2	45,5	39,4	4	0	3	84
Luiza Erundina	1989-1992	PT	32,1	30,2	37,7	10	4	2	32
Paulo Maluf	1993-1996	PDS-PPB/ PTB	27,3	32,7	40,0	8	2	5	65
Celso Pitta	1997-2000	PPB-PTN/PFL	20,0	27,3	52,7	9	4	5	65
Marta Suplicy	2001-2004	PT	38,2	34,5	27,3	12	7	6	62
José Serra/ G. Kassab	2005-2008	PSDB/PFL	27,3	43,6	29,1	12	7	6	62
Gilberto Kassab	2009-2012	DEM-PSD/PMDB	27,3	38,2	34,5	14	10	8	72
Fernando Haddad	2013-2016	PT/PCdoB	29,1	47,3	23,6	15	9	10	62
João Doria/ Bruno Covas	2017 - 2020	PSDB	25,5	40,0	34,5	18	12	12	62
Bruno Covas/ Ricardo Nunes	2021 - 2024	PSDB/MDB	29,1	27,3	43,6	15	9	10	60
Ricardo Nunes	2025 - 2028	MDB/PL	30,9	20,0	49,1	13	6	7	65

Campo majoritário

Fonte: TRE-SP (s.d.). (*) Os vereadores dessa legislatura foram eleitos em 1982 com mandatos até 1988. (**) As mudanças de legenda foram indicadas com hífen e os partidos dos vice-prefeitos com barra oblíqua, quando diferentes do partido do prefeito,

A fragmentação partidária, muito alta (entre 4 e 18 partidos), cresce entre 1986 e 2020 e decresce desde então, como efeito de reformas na legislação eleitoral nacional. O número de partidos com três ou menos vereadores caminha na mesma direção: cresce até a legislatura de 2017-20 e cai posteriormente. No momento de maior fragmentação, entre 2017 e 2020, 18 cadeiras, ou 33% do Legislativo, pertenciam a bancadas de três vereadores ou menos, proporção que retrocedeu para 24% entre 2025 e 2028.

As últimas colunas indicam os tamanhos das coalisões de governo. Todos os prefeitos têm coalisões superiores a 60%, exceto a prefeita Luiza Erundina, que funcionou como governo minoritário (Couto, 1994; Marques; Hoyler, 2021). Vale notar que nesse caso a coalizão se restringiu à esquerda em si, enquanto os outros dois governos de esquerda optaram por construir coalisões supramajoritárias de 62%, mesmo com o seu campo político alcançando apenas 38% e 29%. A alta fragmentação chega a fazer com que a coalizão do prefeito João Doria tenha tido 12 partidos.

Assim como em nível federal, a construção das coalisões é feita com a cessão de espaço no Executivo (Grin, 2011) e com controle de emendas e indicações por parte dos parlamentares (Figueiredo; Limongi, 1999; Caetano, 2005; Silva, 2014), de forma similar ao presidencialismo de coalisão. Entretanto, tais processos ganham grande especificidade pelo pequeno tamanho do Legislativo local (Marques; Hoyler, 2021) – apenas 55 cadeiras em São Paulo. Isso tende a criar bancadas partidárias individuais ou muito pequenas. Outra dimensão central é a conexão direta da representação com os territórios da cidade (Silva, 2014; Hoyler, 2022). Assim, não apenas os partidos são mais personalizados, como são ligados a máquinas de mobilização política sob controle de grupo específicos. Isso torna os vereadores muito mais dependentes do acesso a recursos políticos do Executivo para o encaminhamento e o atendimento de demandas dos eleitores (d'Avila Filho; Lima; Jorge, 2014; Rocha, 2021), gerando uma tendência ao governismo (Lopez; Almeida, 2017; Rocha, 2021) e trazendo para o centro das carreiras políticas a mediação (Kuschnir, 2000; Hoyler, 2022), o trabalho político (Hurtado Arroba et al., 2018) e os *constituency services* (Bussell, 2019). A literatura sugere que tais elementos funcionam de forma relativamente similar sob prefeitos de partidos de esquerda e de direita (Hoyler, 2022).

AS POLÍTICAS URBANAS E A DIREITA EM SÃO PAULO

Que políticas públicas os governos de direita produzem, então? Uma dimensão central a considerar é a lógica do que denominei de progressivismo incremental em estudo anterior (Marques, 2021). Analisando 31 programas de oito setores de políticas do

urbano desde a redemocratização em São Paulo, demonstrei que políticas redistributivas inovadoras são principalmente criadas em governos de esquerda e tendem a ser reduzidas em intensidade – ainda que não completamente interrompidas – em governos de direita, para retornar posteriormente. Um primeiro conjunto de ações de governos de direita, portanto, diz respeito à continuidade de programas redistributivos.

Entretanto, há políticas do urbano que podemos dizer que são características das administrações de direita e centro-direita? A seguir, apresento as principais políticas dos governos de direita e centro-direita na cidade de São Paulo – os três governos de esquerda do período serão citados apenas quando relevante.

JÂNIO QUADROS (1986-88) – PTB/PFL (DIREITA)

A eleição de 1985 foi a primeira direta para as prefeituras das capitais depois do longo período autoritário que se iniciou em abril de 1964. O PMDB, herdeiro direto do MDB, partido de resistência ao regime, tinha como certa a eleição de seu candidato, o então senador Fernando Henrique Cardoso, apontado como provável vencedor pelos institutos de pesquisa. Para surpresa generalizada (Lamounier, 1986), o ex-prefeito Jânio Quadros[2] foi eleito pelo PTB (em aliança com o PFL) com 39,3% dos votos válidos, contra 35,5% de Fernando Henrique e 20,7% do deputado federal do PT, Eduardo Suplicy. Esse resultado já delineia os três grandes polos em torno dos quais a política local se organizaria nas décadas seguintes. Jânio teve um mandato de apenas três anos, entre 1986 e 1988. A partir desse último ano, o calendário eleitoral nacional foi organizado com as eleições municipais a cada quatro anos, funcionando como pleitos de meio de mandato das eleições estaduais e federais, também a cada quatro anos.

Jânio contou com o mais amplo apoio da bancada na Câmara da nossa série, correspondente a 84% dos parlamentares, amplitude favorecida pelo reduzido número de partidos, apenas quatro (Tabela 1), e também por diversas instituições ainda vigentes do regime autoritário, que tornavam os vereadores altamente dependentes do Executivo – essas instituições viriam a ser alteradas pela Constituição de 1988. Apesar da ampla maioria governista, a Câmara se organizou para aumentar seu poder e arrancar concessões do prefeito (Couto; Abrucio, 1995). De forma a consolidar apoio parlamentar, o prefeito criou o padrão (que persiste até hoje) de conceder aos parlamentares aliados controle sobre as Administrações Regionais (AR), os órgãos descentralizados responsáveis pelos serviços de zeladoria da cidade (depois sucedidos pelas subprefeituras).

[2] Quadros havia sido vereador (1948-53), deputado estadual por São Paulo (1951-53), prefeito da capital (1953-55), governador de São Paulo (1955-59) e deputado federal pelo Paraná (1959-61), apesar de ter entrado para a história como o presidente da República que abdicou em 1961, após sete meses de mandato, no conturbado processo que levaria ao golpe de 1964 (Abreu, 2001). Morreu em 1992.

A principal medida da gestão de Jânio foi a execução de um amplo leque de obras viárias de grande porte que influenciariam a agenda municipal (e seu orçamento) até o final dos anos 1990, na gestão Pitta (Marques, 2003). Isso indicava não apenas prioridade para grandes intervenções contratadas com empreiteiras, mas também incentivos ao transporte individual motorizado, na constituição de um verdadeiro paradigma do automóvel (Requena, 2015). Quase todas as grandes obras iniciadas se localizavam no setor sudoeste da cidade, habitado pela população de mais alta renda. Elas incluíam: dois túneis de custo muito elevado, um sob um parque e outro sob um rio; novas avenidas; e a reurbanização de um espaço público de grande porte no centro da cidade, que envolvia a canalização de um córrego, a construção de dois túneis e a urbanização de uma esplanada. Além desse pacote de obras orientadas para o transporte individual, Jânio iniciou a construção do primeiro corredor de ônibus da cidade (Almeida, 2019) e investiu em reformas de hospitais. Suas ações mais visíveis, entretanto, eram de natureza populista, já ensejando o discurso da lei e da ordem: a aplicação de multas de trânsito pessoalmente; uma série de proibições de natureza moral, como o uso de biquíni em parques municipais; e o fechamento de cinemas que exibiam filmes pretensamente ofensivos à moral cristã. Na mesma direção da lei e ordem, a gestão criou a Guarda Municipal, que não tinha atribuições de policiamento, apenas de proteção do patrimônio municipal.

Ao final do seu governo, a eleição de 1988 marcaria outra surpresa. Considerando a grande fragmentação da direita e da centro-direita, com nada menos que quinze candidatos (incluindo dois secretários da gestão Jânio, um deles seu genro), a vencedora foi Luiza Erundina de Souza, do PT. Essa gestão inaugurou as administrações de esquerda na cidade e introduziu importantes inovações de políticas públicas (Couto 1994; Marques, 2021), mas não logrou eleger o seu sucessor – a reeleição seria aprovada somente em 1997.

A eleição de 1992 foi a primeira em dois turnos desde a redemocratização e repetiu as mesmas forças políticas do pleito anterior. A disputa no primeiro turno acabou polarizada entre Paulo Maluf do PDS, com 37,3% dos votos válidos, e o candidato do PT e então senador, Eduardo Suplicy, com 23,4%. Paulo Maluf venceu o segundo turno com 58,1%, contra 41,9% de Suplicy, dando início à segunda gestão de direita de nossa série.

PAULO MALUF (1993-96) – PDS-PPB/PTB (DIREITA)

Maluf já havia sido prefeito entre 1969 e 1971, mas indicado pelo regime militar.[3] Apesar da eleição de 1992 representar o embate de dois projetos políticos opostos, a candidatura de direita

[3] Maluf é engenheiro pela Poli/USP (1954) e de família de empresários. Muito próximo dos governos militares desde o golpe de 1964, quando era vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, foi presidente da Caixa Econômica Federal (1967-69), prefeito indicado da capital (1969-71), secretário estadual de transportes (1971-75) e governador de São Paulo (1979-82). Elegeu-se deputado federal (1983-86) e foi o candidato do regime derrotado na eleição presidencial indireta em 1985, sendo novamente derrotado para governador em 1986 e em 1990. Após sua passagem pela prefeitura, se elegeu deputado federal por São Paulo em 2006, 2010 e 2014, e se candidatou, sem sucesso, à prefeitura da capital paulista em 2000, 2004 e 2008 e ao governo do estado em 1998 e 2002.

incorporou temas como urbanização de favelas e assistência social, absolutamente ausentes até então. Um exemplo disso foi o projeto Prover/Cingapura de produção de novas habitações verticalizadas em favelas, apresentado como urbanização de favelas (Rodrigues, 2006). Por outro lado, iniciativas da gestão anterior, como os mutirões e um outro modelo de urbanização de favelas, foram paralisadas. Na saúde, a gestão criou um sistema de saúde próprio, o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), baseado em concessão a cooperativas, alvo de críticas e denúncias de má gestão e de corrupção (Cohn; Elias, 1998). Por conta desse programa, São Paulo permaneceu como o único município do país fora do Sistema Único de Saúde (SUS) até o governo Marta Suplicy. Em 1995, Maluf extinguiu a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), tornando a presença privada na prestação dos serviços de ônibus praticamente universal (Campos, 2019).

Tanto o caso do PAS quanto o da CMTC mostravam que a agenda de privatização e concessão estava presente na política paulistana antes mesmo das legislações federais de concessões (1995), de organizações sociais (1998) e parcerias (2004) serem aprovadas. Entretanto, a ênfase das políticas desse governo recaiu mesmo sobre a construção de estruturas viárias de grande porte na região sudoeste da cidade, retomando com força as obras iniciadas no governo Jânio. Como não havia recursos financeiros para financiar tais obras, o artifício encontrado foi a emissão irregular de um grande volume de precatórios que geraria inúmeros processos judiciais posteriores (Dias, 1997). A gestão Maluf se encerrou com R$ 1 bilhão de dívida a descoberto e o ex-prefeito coleciona processos nas justiças brasileira e estrangeira, incluindo sucessivos períodos de prisão a partir do final dos anos 2010.[4] Seu secretário de finanças (e sucessor) seria posteriormente condenado, além da gestão seguinte ser praticamente inviabilizada.

Na linha do discurso da lei e ordem, a gestão Maluf reformou a Guarda Civil Metropolitana e prometeu criar uma secretaria de segurança, projeto não levado a cabo. Novamente aqui as propostas se mantiveram no campo do discurso, visto que as atividades policiais estavam restritas pela Constituição Federal às políticas de nível federal e estadual. Por outro lado, a gestão implementou duas iniciativas regulatórias de comportamento individual muito relevantes: a proibição de fumar em restaurantes e bares e a exigência do uso de cinto de segurança ao dirigir (São Paulo, 1994, 1995), medidas que se tornariam regras nacionais. Começa aqui uma relevante contribuição dos governos de direita à cidade, envolvendo ações de regulação do comportamento individual com efeito positivo sobre a sociabilidade urbana.

[4] Maluf foi preso em 2005 por 40 dias, condenado em 2017 no STF por lavagem de dinheiro (com o repartimento de elevadas somas pelo governo suíço), mas em 2018 teve prisão domiciliar aprovada por idade e condições de saúde. Em 2022, recebeu liberdade condicional.

A coligação malufista (PDS/PTB/PL) elegeu 22 vereadores, o correspondente a 40% do parlamento.[5] Maluf organizou o governo para ter maioria na Câmara, tendo como principal moeda de troca as ARs, que, como na gestão Jânio, foram o principal instrumento para garantir previsibilidade à gestão. Embora a distritalização informal do voto varie entre cidades, assim como as estratégias individuais dos políticos, sabemos que grande parte dos vereadores se elege a partir de votos concentrados em territórios específicos (Kinzo; Borin; Martins, 2003). Por isso, controlar as ARs, máquinas que fornecem os principais serviços de zeladoria a esses territórios, é fundamental para garantir "acesso" à Câmara (Kuschnir, 2000; Rocha, 2021; Hoyler, 2022). Para aumentar sua base, Maluf entregou uma subprefeitura ao PSB e cinco ao PMDB, alcançando uma maioria qualificada de 65% (Couto; Abrucio, 1995).

O desastre financeiro causado para viabilizar a continuidade das grandes obras viárias não se apresentou de forma imediata e transparente. Como consequência, Maluf reforçou sua fama de realizador e conseguiu eleger seu sucessor em 1996. Seu candidato foi o secretário de finanças Celso Pitta.[6] Concorrendo pelo PPB, Pitta venceu o primeiro turno com 44,9% dos votos válidos contra 22,8% de Erundina (PT), 15,6% de José Serra (PSDB) e 7,0% de Francisco Rossi (PDT). Por menos de 2% dos votos válidos a eleição não se decidiu já ali. No segundo turno, Pitta alcançou 62,3% contra 37,7% da candidata do PT.

[5] Em termos partidários, Maluf foi eleito prefeito em 1992 pelo PDS, coligado com PTB e PL. Em 1993, articulou a fusão do PDS ao PDC, formando o PPR. Em 1995, articulou a fusão do PPR com o PP formando o PPB, partido pelo qual apoiou Celso Pitta. Em 2003, participou da mudança de nome do PPB para PP. Exceto pelo breve retorno de Jânio à política paulistana, em 1985, Maluf controlou inteiramente a oferta de candidatos da direita em São Paulo por décadas.

[6] Pitta era economista. Foi secretário de finanças de Maluf e antes disso diretor financeiro em empresas da família Maluf do ramo de madeira processada – o grupo Eucatex. Foi o segundo negro a ocupar a cadeira de prefeito de São Paulo (o primeiro foi o jurista Paulo Lauro em 1947 e 1948, nomeado pelo governador Ademar de Barros). Morreu em 2009 de complicações decorrentes de um câncer no intestino.

CELSO PITTA (1997-2000) – PPB-PTN/PFL (DIREITA)

Essa gestão foi marcada por diversos escândalos e uma gravíssima crise financeira, causada pelos elevados gastos do governo anterior. Entre as poucas áreas de políticas bem avaliadas se incluíam a continuidade do programa Guarapiranga (criado no governo Erundina e praticamente suspenso no governo Maluf) e a regularização de loteamentos clandestinos e irregulares, ambos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A administração deu início a uma linha de veículo leve sobre trilhos (VLT) parcialmente elevado, ligando o centro histórico com a zona leste da cidade, denominado originalmente de Fura-Fila, que seria concluído apenas três governos depois a um custo exorbitante, após diversas mudanças de nome e ser convertido para funcionar como ônibus de transporte rápido (Bus Rapid Transit – BRT) (Almeida, 2019). Seguindo a linha do governo anterior de regulação do comportamento individual, a gestão iniciou em 1997 o rodízio municipal de veículos, restrição da circulação de veículos a partir da numeração das suas placas que vige até hoje (São Paulo, 1997).

Considerando a falta de recursos e o descontrole administrativo, serviços básicos como coleta de lixo sofreram cortes significativos e foram descontinuados em certos períodos. Entre os escândalos da gestão estavam: o dos precatórios; o do sistema de saúde PAS; o da coleta de lixo; o da compra dos frangos da merenda escolar; e o da máfia dos fiscais. O prefeito fora afastado do cargo por 18 dias, mas se manteve até o fim do mandato através de liminares da justiça. O escândalo da máfia dos fiscais foi o de maior repercussão e se arrastou por meses com grande exposição pública. Mais tarde, o ex-prefeito chegou a ser preso por não pagar pensão alimentícia a sua ex-mulher, principal denunciante nos processos de corrupção, assim como por evasão de divisas e corrupção em outro processo (Reportagem Local, 2008; Memória Globo, 2021). O clima de oposição a Pitta se intensificou com a ruptura de seu padrinho político Maluf durante as eleições estaduais de 1998. A sete meses para o término do mandato, o Executivo paulistano chegou a ser comandado pelo vice-prefeito, mas Pitta reverteu a decisão judicial novamente e retornou à prefeitura.

O desgaste já estava consolidado e influenciou fortemente a campanha eleitoral em 2000. Com essa forte rejeição ao Executivo municipal incumbente, Marta Suplicy do PT venceu a eleição e deu início ao segundo governo de esquerda na cidade.

Ao final do mandato, em 2004, Marta Suplicy tinha índices de aprovação regulares (Datafolha, 2005), mas perdeu a eleição para José Serra (PSDB).[7] O primeiro turno terminou com os três primeiros candidatos somando mais de 91% dos votos válidos: José Serra com 43,6%; Marta Suplicy com 35,8%; e Paulo Maluf com 11,9%; além de Luiza Erundina (PSB), Francisco Rossi (PHS) e Paulinho da Força (PDT) com votações muito baixas. José Serra venceu o segundo turno com 54,9% dos votos contra 45,1% de Marta Suplicy.

[7] José Serra é economista pela Universidade do Chile (quando estava exilado) e, antes de ser prefeito, foi deputado federal (1986 e 1990) e senador (1994), além de secretário estadual de Planejamento (1983-84), ministro do Planejamento (1995-96) e da Saúde (1998-2002). Havia também se candidatado sem sucesso à prefeitura de São Paulo em 1989 e 1996 e à presidência em 2002. Após sair da prefeitura da capital paulista, se elegeu governador de São Paulo em 2006 e senador pelo estado em 2014; perdeu novamente a eleição para presidente em 2010 e para deputado federal em 2022.

JOSÉ SERRA/GILBERTO KASSAB (2005-08) – PSDB/PFL (CENTRO-DIREITA)

Essa eleição registrou o deslocamento da oposição entre esquerda e direita vigente nas eleições locais até esse momento para uma oposição entre esquerda e centro-direita. José Serra permaneceria no cargo apenas por um ano e três meses, renunciando para se eleger governador paulista em 2006. Sua curta administração foi marcada por preocupações financeiras. Insistiu no paradigma do automóvel, embora de forma um pouco precária, com a criação de novas faixas de rolamento em várias avenidas importantes apenas subdividiu e estreitou as existentes (São Paulo, 2009). Uma medida de impacto duradouro foi uma regulamentação de anúncios que reduziu sobremaneira a poluição visual na cidade. Embora sob pressão periódica de vários tipos de lobby privado e sob

cerco na mais recente gestão de direita, essa última medida continua vigente até os dias de hoje (Serra, 2026). Outras ações importantes incluíram: a integração do metrô ao bilhete único (*smart card*) criado na gestão Marta Suplicy; o estabelecimento de um festival anual de cultura em toda a cidade (a Virada Cultural); a distribuição de remédios na rede de saúde; e um polêmico projeto de revitalização da área central. Esse projeto ficou como herança não implementada para o seu sucessor e, apesar de várias mudanças de formato, nunca chegou a sair do papel (Souza, 2011). A realização dessa renovação urbana visava, ao menos em parte, solucionar a presença de grande concentração de usuários na Cracolândia, uma constante entre os programas malsucedidos da trajetória que estamos acompanhando. Ainda na área central, o incipiente programa de locação social da gestão anterior foi suspenso e substituído por uma parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

No que diz respeito à relação com o Legislativo, a atenção esteve voltada para a eleição estadual de 2006 (Marques; Hoyler, 2021). Assim, para conseguir apoio no interior paulista, Serra nomeou para as subprefeituras candidatos a prefeitos de outros municípios que foram derrotados nas suas respectivas eleições municipais, consolidando uma rede de apoio político no estado.

Serra foi sucedido por seu vice-prefeito, Gilberto Kassab (DEM),[8] que concluiu o mandato. Este viria a se reeleger na eleição seguinte, em 2008, em uma disputa que registrou 11 candidatos. Kassab alcançou 33,6% dos votos válidos contra 32,8% de Marta Suplicy (PT), 22,5% de Geraldo Alckmin (PSDB) e 5,9% de Paulo Maluf (PP). Os votos de centro e de direita se combinaram no segundo turno e Kassab alcançou 60,7% contra 39,3% de Marta Suplicy.

[8] Kassab é engenheiro e economista. Teve sua origem política nos anos 1980, junto à Associação Comercial de São Paulo (ligado a Guilherme Afif Domingos), ao Sindicato dos Corretores de Imóveis e ao Sindicato dos Incorporadores Imobiliários. Foi vereador pelo PL em 1992, secretário de planejamento do governo Pitta, quando era responsável pela articulação política (1997-2000), e deputado federal em 1998 e 2002 pelo PFL. Posteriormente à prefeitura, foi filiado ao DEM e ao PSD e ocupou os Ministérios das Cidades (governo Dilma) e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (governo Temer).

GIBERTO KASSAB (2009-12) – DEM-PSD/PMDB (CENTRO-DIREITA)

Com a nova administração, Kassab realizou uma reforma do secretariado que trouxe o seu próprio partido para o controle da máquina. Apesar de ter excelente trânsito na Câmara de Vereadores, mesclou nas subprefeituras o controle tradicional dos vereadores com a indicação de coronéis aposentados do exército e da Polícia Militar para os cargos de subprefeitos. Essa estratégia, baseada no discurso da lei e ordem, destacava que esses seriam incorruptíveis e competentes, tentando afastar os sinais dos escândalos anteriores com fiscais. Um convênio entre a prefeitura e a Polícia Militar permitiu a contratação de policiais em horários de folga, fardados e com equipamentos da corporação, para fiscalizar o comércio ambulante nas ruas. Inicialmente, a ação trouxe forte aprovação ao governo Kassab, mas esse apoio tendeu a declinar.[9]

[9] Em 2014, após um triste episódio em que três policiais imobilizaram e mataram com um tiro na cabeça um ambulante e ofereceram risco à vida da população que assistia a cena, a Operação Delegada foi esvaziada, embora o convênio nunca tenha sido encerrado (G1, 2014).

Kassab deu continuidade aos projetos e políticas de sua gestão anterior. Além disso, um programa de construção de grandes equipamentos escolares criado no governo Marta Suplicy foi continuado, com 24 unidades nas duas gestões, embora com importantes alterações nos projetos físico e pedagógico (Spira, 2017). Ocorreu nesse governo também um aumento significativo da construção de unidades habitacionais populares, mas viabilizado pelo lançamento de um grande programa federal pelo governo Lula em 2009. A gestão deu prosseguimento e intensificou alterações de caráter progressivo no cálculo do IPTU iniciadas no governo Marta Suplicy, mas posteriormente as suspendeu. Com o tempo, e após novo impulso no governo Fernando Haddad, a estrutura fiscal municipal se tornou crescentemente progressiva, embora com maior ênfase em isenções e endividamento em governos de direita (Minarelli, 2024).

As decisões de aumentar as passagens de ônibus acima da inflação e de tentar revisar o Plano Diretor foram polêmicas. Esta última beneficiaria a incorporação imobiliária, mas foi revertida no judiciário (Araújo, 2016). A presença de incentivos à atividade imobiliária é o tema que merece ser qualificado, pois, enquanto iniciativas de regulação da terra se iniciaram de forma concentrada em governos de esquerda (Marques, 2021; Minarelli, 2024), o incentivo à promoção imobiliária privada, em especial por incorporação, é algo presente em todos os governos, embora talvez com maior relaxamento de parâmetros em governos de direita. As operações de repressão na Cracolândia estiveram presentes em outro grande eixo das ações da gestão Kassab. Tais operações, além das restrições aos albergues, da distribuição de sopas a moradores de rua e da continuidade da implementação de projeto de renovação urbana iniciado na gestão José Serra, lhe renderam acusações públicas de praticar higienismo social (Spinelli, 2007; Izidoro; Galvão, 2007).

Outras políticas marcantes da gestão disseram respeito novamente à regulação de comportamentos individuais, seguindo a linha das principais inovações de governos de direita. A primeira teve vida curta. Ela envolveu a instauração de uma inspeção obrigatória de veículos como forma de combate à poluição atmosférica, posteriormente paralisada sob suspeitas de irregularidades com a empresa que fornecia o serviço. A segunda foi a reorganização do rodízio de veículos, vetando o tráfego diurno de caminhões, medida vigente ainda hoje.

Ao final do governo, o prefeito não podia concorrer a uma nova reeleição, sendo a direita e a centro-direita representadas novamente por José Serra (PSDB). O primeiro turno terminaria com a liderança de Serra com 30,8% contra 29% de Fernando Haddad (PT) e 21,6% de Celso Russomano (PRB). No segundo turno,

entretanto, as posições se inverteram e Haddad venceu com 55,6% contra 44,4% de Serra. Haddad foi o terceiro prefeito de esquerda da cidade, eleito com apoio de Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2012 já não ocupava a Presidência da República. Apesar das políticas da gestão contarem com amplo apoio popular de especialistas, Haddad terminou a sua gestão com popularidade bastante baixa segundo Datafolha (2016).

A eleição de 2016 foi novamente muito fragmentada (11 candidatos), mas agora especialmente pela esquerda, com ao menos duas fortes candidaturas além do prefeito incumbente; as ex-prefeitas Luiza Erundina (agora do PSOL, mas antes do PT) e Marta Suplicy (agora do PMDB, mas antes também do PT). Pela direita, concorreu novamente Celso Russomano (PRB) e pela centro-direita João Dória Jr. (PSDB).[10] A conjuntura nacional era de profunda crise econômica e de grave crise nacional do PT, com as condenações por corrupção da operação Lava Jato e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Candidatos do PT em todo país foram rejeitados, gerando a maior derrota da história do partido (Weller; Limongi, 2024). A eleição de São Paulo não foi exceção. Pela primeira e única vez um político venceu a disputa pela prefeitura do município em primeiro turno. Com 53,3% dos votos válidos, João Doria conquistou o Executivo da cidade. O segundo lugar ficou com Haddad, que conseguiu apenas 16,7% dos votos.

[10] João Dória é um empresário, publicitário, apresentador de televisão e autor de livros de autoajuda. Havia sido secretário de turismo e presidente da Paulistur no governo Covas no início dos anos 1980 e presidente da Embratur no governo Sarney entre 1986 e 1988. Nunca havia concorrido a um cargo eletivo e venceu as prévias do PSDB contra nomes tradicionais locais graças ao apoio do governador Geraldo Alckmin (Festival..., 2016).

JOÃO DORIA/BRUNO COVAS (2017-20) – PSDB (CENTRO-DIREITA)

A exemplo do último prefeito eleito pelo PSDB, José Serra em 2004, João Doria permaneceu apenas quinze meses no cargo e usou a prefeitura de São Paulo como trampolim para a eleição de governador do Estado de São Paulo em 2018.

Doria apresentou como políticas prioritárias metas ambiciosas de redução de filas de exames de saúde, assim como de nutrição em escolas públicas, mas que não foram alcançadas ou acabaram por ser fortemente criticadas. Talvez mais do que em qualquer outra administração, sua curta gestão se centrou na construção de uma imagem de zeladoria e manutenção. O prefeito apareceu trajado de gari ou funcionário municipal em diferentes momentos. O discurso da lei e ordem foi fortemente instrumentalizado contra a população moradora de rua e grafiteiros e pichadores, assim como em ações contra hotéis na região onde então se localizava a Cracolândia. A gestão também desmontou o De Braços Abertos, programa inovador (e premiado) para a Cracolândia, criado durante a gestão de Haddad e baseado na perspectiva da redução de danos. Doria o substituiu por outro, o Programa Redenção, baseado na internação

psiquiátrica forçada de usuários, que perdura até hoje, com intensos conflitos e resultados bastante controversos (Magri, 2026). A estratégia da gestão Haddad para diminuir os óbitos em acidentes com a redução da velocidade máxima de veículos em grandes avenidas foi igualmente desmontada, apesar dos resultados positivos alcançados (Leitão et al., 2019). Embora seja uma política de regulação do comportamento individual – ainda que, nesse caso, iniciada por uma gestão de esquerda –, sua abolição talvez se explique por colidir diretamente com o paradigma do automóvel, a primeira das preferências de governos de direita e centro-direita.

Outro discurso constantemente mobilizado desde a campanha era o da eficiência, explicitando a origem do prefeito na iniciativa privada. Vários secretários municipais foram trazidos do setor privado. O discurso de uma suposta eficiência privada foi o mote para a criação de um Plano Municipal de Desestatização em 2017 e a reativação de uma empresa de economia mista (existente desde o governo Kassab em 2007, mas até então com baixa centralidade) para produzir e regular parcerias, vendas de ativos e celebrar concessões (São Paulo, s.d., 2007). Um amplo leque de atividades foi incluído no escopo desse plano e da empresa: concessões de estádio de futebol, autódromo, parques, mercados municipais e estacionamentos; venda de imóveis municipais; e a realização de licitações para o estabelecimento de parcerias público-privadas de construção e operação de reservatórios de controle de enchentes e terminais de ônibus – medidas bastante criticadas pela literatura existente (Sampaio; Sampaio; Pavão, 2021; Dalt, 2023; Sauaia; Amorim, 2024). Na mesma linha, a principal aposta na política habitacional foi um programa de parcerias público-privadas lançado em 2018, mas que seis anos depois praticamente não tinha conseguido produzir unidades habitacionais novas, colocando fortemente em cheque o discurso da eficiência (Portugheis, 2024).

No limite permitido pela lei eleitoral, Doria se desligou da prefeitura em abril de 2018, sendo sucedido por seu vice-prefeito, Bruno Covas.[11] Em pouco menos de três anos de mandato, Covas realizou a construção de vários equipamentos municipais, como novos parques, um corredor de ônibus, grandes equipamentos escolares e hospitais, além de completar a reforma de uma grande praça na área central, planejada desde a gestão Haddad. A reforma de outra praça central enfrentou grande oposição dos moradores e foi interrompida (Stempka, 2025). A regulação sobre as atividades de vendedores ambulantes e de feiras livres foi aprimorada com a criação de um programa de credenciamento online e por aplicativo de celular. Por outro lado, as ações repressivas contra moradores de rua e usuários de drogas da Cracolândia

[11] Bruno Covas foi advogado e economista, tendo ocupado os cargos de deputado estadual, secretário estadual de meio ambiente e deputado federal, antes de se tornar vice-prefeito com 37 anos e prefeito aos 38. Era neto do ex-prefeito, ex-senador e ex-governador de São Paulo Mário Covas e tinha trajetória bastante enraizada com o PSDB, tendo sido presidente nacional da juventude do partido e candidato a vice-prefeito de Santos aos 24 anos. Faleceu de câncer aos 41 anos.

e na região central tiveram continuidade, seguindo o discurso da lei da ordem. Também se deu continuidade ao programa de concessões e parcerias com o setor privado, sendo essa gestão a responsável pela maior parte das concessões existentes. O último ano da primeira gestão Covas foi marcado pela pandemia de Covid-19. No período, a prefeitura criou um cartão de alimentação para substituir a merenda e incrementou um programa de renda básica municipal durante o isolamento social.

Em outubro de 2019 veio a público que o prefeito havia sido diagnosticado com câncer e estava sob tratamento. Um ano depois, Bruno Covas decidiu concorrer à reeleição, tendo Ricardo Nunes do MDB como candidato a vice.[12] A eleição foi fortemente influenciada pelo clima de polarização política nacional, mas também bastante fragmentada entre treze candidatos. A fragmentação se verificou à esquerda – com candidaturas do PT, PSOL, PSB, PCdoB, além de dois partidos da ultraesquerda com pequena expressão –, na centro-direita – com PSDB, PSD e Rede –, e à direita – com Republicanos e Patriota, além de outros três partidos da ultradireita com baixa expressão. O candidato do PT, uma das duas forças que polarizavam a política local desde 1988, obteve apenas 8,7% dos votos válidos no primeiro turno, deixando o PT de fora do segundo turno pela primeira vez desde 1992. A esquerda foi representada no segundo turno por Guilherme Boulos do PSOL, tendo como candidata à vice a ex-prefeita Luiza Erundina. Bruno Covas liderou a primeiro turno com 32,84% dos votos válidos, contra 20,24% de Boulos, e no segundo turno obteve 59,38% contra 40,62% de Boulos.

[12] Ricardo Nunes tem uma biografia mais acanhada do que os demais personagens dessas notas de rodapé. Foi vereador de pouca projeção em São Paulo de 2013 a 2021 até ser escolhido candidato à vice-prefeito. No Legislativo municipal, adotava um discurso católico conservador e contrário às políticas de diversidade sexual em escolas. Contra ele constaram acusações de superfaturamento de aluguéis para creches operadas por ONGs religiosas conveniadas, a chamada máfia das creches. Anteriormente Nunes fora acusado por sua esposa de violência doméstica, mas a acusação foi posteriormente retirada (Jucá, 2021).

BRUNO COVAS/RICARDO NUNES (2021/2024) – PSDB/PMDB (CENTRO-DIREITA)

Apenas três meses após o início do mandato, Bruno Covas foi internado, vindo a falecer dois meses depois. A gestão Nunes deu prosseguimento à política de concessões com o repasse dos cemitérios municipais para empresas privadas, alvo de muitas críticas pela piora dos serviços e por vertiginosos aumentos de preços. Em 2022, foi realizada a revisão do plano diretor promulgado na gestão Haddad, com forte relaxamento de parâmetros de uso do solo e absorção de diversas demandas do setor imobiliário, reforçando o padrão já destacado anteriormente em governos de direita. Em 2023, a administração criou uma faixa exclusiva para motocicletas de forma a reduzir os elevados números de acidentes e óbitos desse modal, mas com resultados discutíveis (Costa et al., 2025).

A gestão Nunes criou também um programa habitacional baseado em cartas de crédito e chamamento empresarial privado, que

enfrenta críticas de baixa produção e teve licitações canceladas pelo judiciário (Portugheis, 2024). A suspensão na rede municipal de procedimentos de aborto amparados na legislação também acabou sendo judicializada (Molfese, 2026). No campo da educação, a administração afirma ter resolvido a fila de crianças em creches através de convênios com entidades da sociedade civil – mas há denúncias de falta de controle sobre o proselitismo religioso das conveniadas (Audi, 2024).

Dando prosseguimento à associação entre os discursos da lei e ordem e da zeladoria urbana, a gestão promove regularmente a remoção de barracas e a repressão a moradores de rua e usuários de drogas na Cracolândia, incluindo a construção de um muro que gerou intensa oposição e posterior judicialização (Magri, 2026). Foi criado um programa para a população de rua com alojamentos, operados por entidades conveniadas e auxílio financeiro, mas posteriormente sustado pela justiça (Patriarca; Dauer, 2024; Cortez, 2026).

Nessa mesma linha, outra política central foi a expansão da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a tentativa de aumento de suas atribuições e mudança de nome para Polícia Metropolitana. A medida foi parcialmente revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu as prerrogativas de policiamento preventivo e ostensivo, inclusive a realização de abordagens e prisões em flagrante, mas não de investigação; a mudança de denominação também foi vetada. Nesse campo da segurança está o principal programa da gestão, envolvendo o estabelecimento de uma rede de câmeras inteligentes para reconhecimento facial e de placas de veículos. O sistema integra não apenas câmeras da própria prefeitura, mas também de operadores de totens privados, e tem se espalhado pelos bairros mais ricos da cidade. Esse programa apresenta grande aceitação popular e é apresentado como já tendo levado a um elevado número de prisões, não sem críticas no debate público e acadêmico (Reia, 2025; Hamada, 2023; Grossi, 2025; Monteiro et al., 2026).

Em 2024, Nunes concorre à reeleição e vence um pleito fortemente influenciado pelo contexto de polarização política nacional, com o prefeito se aliando ao bolsonarismo. Este campo político contou ainda com outro candidato, Pablo Marçal (PRTB). A esquerda foi representada novamente por Guilherme Boulos do PSOL – agora coligado ao PT – e Tabata Amaral do PSB, além de outros cinco candidatos com menor expressão. O primeiro turno foi liderado por Nunes com 29,48% dos votos válidos contra 29,07% de Boulos e 28,14% de Marçal. No segundo turno, Nunes se reelege com 59,35% contra 40,65% do candidato do PSOL.

A segunda gestão Ricardo Nunes não é analisada aqui, pois se encontra apenas no começo de seu governo no momento da

redação desse artigo. Embora dê basicamente prosseguimento às políticas desenvolvidas no mandato anterior, a ênfase se posiciona claramente mais à direita. Isso se expressa na sua coalisão com o PL, com um vice-prefeito – Coronel Ricardo Mello Araújo – pertencente ao coração do bolsonarismo, e na explícita aliança com o govenador do estado, também bolsonarista; além da base de apoio da Câmara, a mais à direita da trajetória da cidade desde 1997. Em termos de políticas, isso tem significado uma intensificação da ênfase do discurso e das políticas de lei e ordem associadas a ações de zeladoria e promoção do espaço público que beiram a higiene social, em especial na área central da cidade. As tentativas de regular cada vez mais o Carnaval na cidade, com restrição aos blocos de rua, e o aumento relativo de shows contratados seguem essa mesma linha (Schelp, 2026).

DEBATENDO E SUMARIZANDO

Um primeiro ponto de partida importante diz respeito aos mecanismos de progressivismo incremental na cidade (Marques, 2021). Programas redistributivos urbanos em São Paulo tendem a ser criados em governos de esquerda, sendo reduzidos, mas usualmente não extintos em governos de direita, para serem retomados com ainda mais intensidade nos próximos governos de esquerda. Ao longo do tempo, programas redistributivos tendem a se acumular e a se intensificar. Esse resultado é contraintuitivo, considerando o ambiente político conservador da cidade, mas é explicado pela combinação de mecanismos das teorias do eleitor partidário e do eleitor mediano com elementos do processo de produção de políticas, que mantém políticas em latência fora do Estado e permitem a sua retomada periódica. Entre essas se incluem: BRTs; urbanização de favelas e regularização de loteamentos; coleta seletiva de resíduos com participação de cooperativas de catadores; autoconstrução habitacional; esferas de participação social; melhor regulação da atividade imobiliária e taxação progressiva da terra urbana. Portanto, uma parte do que governos de direita fazem é dar continuidade a políticas criadas em governos de esquerda. Vale dizer que governos de esquerda também dão continuidade a políticas criadas em administrações de direita, mas isso é assunto para trabalho futuro.

Entretanto, governos de direita também têm agendas e preferências de políticas próprias em São Paulo. Como vimos, eles concentram a sua atenção em ações associadas a quatro agendas: (i) políticas viárias baseadas em soluções individuais, especificamente no automóvel; (ii) um leque de ações costuradas por um discurso de lei e ordem, misturando segurança pública com zeladoria urbana; (iii) ampliação

de privatizações, concessões e parcerias com empresas privadas; (iv) e ações de regulação de comportamentos individuais.

As primeiras tratam especialmente de obras de construção de vias, viadutos, túneis, pavimentação e de regulação do tráfego para beneficiar o automóvel. Entre as segundas se incluem iniciativas reiteradas de redução, repressão e regulação de moradores de rua e de controle e eliminação da Cracolândia na área central, mas também políticas de reforço à capacidade de policiamento pela prefeitura, com fortalecimento da Guarda Municipal e, mais recentemente, instalação de câmeras de vigilância. O terceiro conjunto de ações inclui desde a privatização de ativos à concessão de equipamentos municipais para operação privada – como estádios, mercados e cemitérios –, e à constituição de parcerias com empresas privadas para a construção e operação de serviços e equipamentos, como terminais de ônibus e habitação de interesse social. Por fim, temos ações que regulamentam o comportamento individual: das proibições moralistas da gestão Jânio à proibição de fumar em restaurantes, passando pela obrigatoriedade do cinto de segurança (ambas políticas que se nacionalizaram posteriormente) e pela regulação e redução de anúncios em espaços públicos.

Analiticamente, essas políticas não objetivam produzir grandes mudanças na ordem (social, política ou econômica) estabelecida ou das hierarquias sociais ligadas ao acesso dos cidadãos a bens e serviços. Nesse sentido, poderiam ser classificadas como regimes de manutenção (Stone, 1993), mas com uma ênfase maior na conservação da cidade. Considerando as preferências conservadoras de ideologias e partidos de direita, esse resultado não é surpreendente e adere ao previsto pela teoria da política partidária. Em nível nacional, tal teoria enfatizou recentemente a esquerda (Huber; Stephens, 2013; Levitsky; Roberts, 2011) e, em nível local, comparou políticas de partidos com ideologias distintas (Hajnal; Trounstine, 2017; Einstein; Glick, 2018). O raciocínio, entretanto, se aplica também para a direita: políticas públicas mudam porque partidos de direita, uma vez eleitos, tentam entregar políticas compatíveis com as suas preferências – transporte individual, lei e ordem, redução do Estado e regulação dos comportamentos, em especial individuais.

Eduardo Marques [orcid: 0000-0001-5569-858X] é professor titular do Departamento de Ciência Política (dcp-fflch), diretor do Centro de Estudos da Metrópole (cem) da Universidade de São Paulo (usp) e coeditor da revista *International Journal of Urban and Regional Research* (ijurr).

Editores responsáveis:
Renata Francisco, Fernando Bee.

Recebido para publicação
em 11 de outubro de 2025.

Aprovado para publicação
em 10 de junho de 2026.

NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
135, mai.-ago. 2026
p. 1-29

DISPONIBILIDADE DE DADOS
Os dados utilizados para a produção do artigo foram informados nas referências bibliográficas, alguns fazem parte de estudos anteriores que também foram listados.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
A pesquisa não utilizou recursos de IA em nenhuma de suas etapas.

FINANCIAMENTO
A pesquisa recebeu apoio a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (processo n.2013/07616-7).

CONFLITO DE INTERESSE
O autor declara não possuir conflitos de interesse

REFERÊNCIAS

Abreu, Alzira A. de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930.* 5 vols. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, 2001.

Almeida, Gabriela T. de. *Instrumentação nas políticas de mobilidade urbana: o caso dos corredores exclusivos de ônibus em São Paulo*. Dissertação (mestrado) – PPGPP/Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2019.

Araújo, Alexandra F. de. *Participação democrática na administração: o procedimento da reforma do plano diretor da cidade de São Paulo - fase do executivo - gestões Kassab (2006-2012) e Haddad (2013-2016)*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Audi, Amanda. O acordo milionário com creches sob suspeita em São Paulo. *Nexo*, 3 ago. 2024. Disponível em: ‹https://www.nexojornal.com.br/externo/o-acordo-milionario-com-creches-sob-suspeita-em-sao-paulo›. Acesso em: 18/8/2026.

Bolognesi, Bruno; Ribeiro, Ednaldo; Codato, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, n. 2, e20210164. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.303

Borraz, Olivier; John, Peter. The Transformation of Urban Political Leadership in Western Europe. *International Journal of Urban e Regional Research*, v. 28, n. 1, p. 107-20. DOI: 10.1111/j.0309-1317.2004.00505.x

Bussell, Jennifer. *Clients e Constituents: Political Responsiveness in Patronage Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Caetano, Bruno. Executivo e Legislativo na esfera local: agenda e construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap* 71, v. 1, 2005, p. 101-25.

Campos, Marcos V. L. Os "altos círculos" no mercado de transportes em São Paulo. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,* v. 11, e20170213. DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20170213

Cohn, Amélia; Elias, Paulo Eduardo. *Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços*. São Paulo: Cortez/Cedec, 1998.

Cortez, Ana Cláudia. Institucionalização das comunidades terapêuticas: um caso sobre a relação entre religião-Estado no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2026. DOI: 10.11606/T.8.2026.tde-20072026-150955

Costa, Adriano et al. Avaliação do impacto da Faixa Azul nos sinistros de trânsito em São Paulo. Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável. São Paulo: Insper, 2025.

Couto, Cláudio G. Mudança e crise: o PT no governo em São Paulo. *Lua Nova*, v. 33, 1994, p. 145-64. DOI: 10.1590/S0102-64451994000200011

Couto, Cláudio G.; Abrucio, Fernando L. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, 1995, p. 57-65.

Dalt, Stela de Camargo da. *Privatização do público: trajetória da concessão do complexo esportivo do Pacaembu*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023. DOI: 10.11606/D.102.2023.tde-11092023-111049

Datafolha. Marta Suplicy encerra mandato com 49% de aprovação. *Folha de S. Paulo*, 1 jan. 2005. Disponível: ‹https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/01/1223736-marta-suplicy-encerra-mandato-com-49-de-aprovacao.shtml›. Acesso em: 30/7/2026.

Datafolha. Gestão Haddad é reprovada por 48%. *Folha de S. Paulo*, 15 jul. 2016. Disponível: ‹https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/07/1792034-gestao-haddad-e-reprovada-por-48.shtml›. Acesso em: 25/8/2026.

d'Avila Filho, Paulo M.; Lima, Paulo Cesar.; Jorge, Vladimyr. Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 49, 2014, p. 39-60. DOI: 10.1590/S0104-44782014000100003

Dias, Otávio. Procuradoria aciona Maluf, Pitta e Ramos. *Folha de S.Paulo*, 8 ago. 1997. Disponível em: ‹https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/08/brasil/26.html›. Acesso em: 18/8/2026.

Einstein, Katherine L.; Glick, David M. Mayors, Partisanship, and Redistribution: Evidence Directly from U.S. Mayors. *Urban Affairs Review*, v. 54, n. 1, 2018, p. 74-106. DOI: 10.1177/1078087416674829

Festival piauí GloboNews de jornalismo. João Doria Júnior: "Algum dia, quem sabe, todos os brasileiros poderão usar Polo Ralph Lauren". *piauí*, 8 out. 2016. Disponível em: ‹https://piaui.uol.com.br/web/joao-doria-junior/›. Acesso em: 30/7/2026.

Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

G1. Morte de camelô com tiro na cabeça faz PM mudar regra de abordagem. *G1 São Paulo*, 19 set. 2014. Disponível em: ‹https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/morte-de-camelo-com-tiro-na-cabeca-faz-pm-mudar-regra-de-abordagem.html›. Acesso em: 30/7/2026.

Grin, Eduardo José. *Caminhos e descaminhos das subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy (2001-2004)*. Dissertação (mestrado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: 10.11606/D.8.2011.tde-15022012-144043

Grossi, Alexandre. A aplicação da inteligência artificial na segurança pública brasileira: o caso de São Paulo e a análise do PL n. 2.338/2023. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 14, n. 4, e2135, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n4-72-2025

Hajnal, Zoltan L.; Trounstine, Jessica. Who or What Governs? The Effects of Economics, Politics, Institutions, and Needs on Local Spending. *American Politics Research*, v. 38, n. 6, 2017, p. 1.130-63. DOI: 10.1177/1532673X10362870

Hamada, Heloise. Pesquisadores e movimentos criticam implantação de sistema de reconhecimento facial em São Paulo. *Câmara Municipal de São Paulo.* Notícias, 19 out. 2023. Disponível em ‹https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/pesquisadores-e-movimentos-criticam-implantacao-de-sistema-de-reconhecimento-facial-em-sao-paulo/› Acesso em: 18/8/2026.

Hoyler, Telma. *Representação política e conexão territorial: uma etnografia de vereadores e brokers em São Paulo*. Tese (doutorado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/T.8.2022.tde-30092022-144145

Huber, Evelyn; Stephens, John. *Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

Hurtado Arroba, Edison; Paladino, Martín; Vommaro, Gabriel. Las dimensiones del trabajo político: destrezas, recursos y trayectorias. Presentación del dossier. *Iconos: Revista de ciencias sociales* 60, v. 22, n. 1, 2018, p. 11-29.

Izidoro, Alencar; Galvão, Vinícius Q. Kassab quer contrato para morador de rua. *Folha de S.Paulo*, 2 dez. 2007. Disponível em: ‹https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0212200712.htm›. Acesso em: 30/7/2026.

Jucá, Beatriz. Ricardo Nunes, o controverso líder que governará São Paulo com os desafios da pandemia e do plano diretor. *El País*, 16 mai. 2021. Disponível em: ‹https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-16/o-controverso-lider-que-governara-sao-paulo-com-os-desafios-da-pandemia-e-do-plano-diretor-nas-maos.html›. Acesso em: 37/7/2026.

Kinzo, Maria D'Alva.; Borin, Ivan; Martins Jr., José Paulo. Padrões de competição eleitoral na disputa para a câmara paulistana 1992-2000. *Novos Estudos Cebrap* 65, v. 1, 2023, p. 45-65.

Kuschnir, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Lamounier, Bolivar. *O voto em São Paulo*. São Paulo: Idesp, 1986.

Leitão, Pablo de A. et al. Mortalidade por acidentes de trânsito, antes e após redução da velocidade média de veículos automotores na cidade de São Paulo, Brasil, no período de 2010 a 2016. *Journal of Human Growth and Development*, v. 29, n. 1, 2019, p. 83-92. DOI: 10.7322/jhgd.157755

Levitsky, Stephen; Roberts, Keneth. *The Resurgence of the Latin America Left*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.

Limongi, Fernando; Mesquita, Lara. Estratégia partidária e clivagens eleitorais: as eleições municipais pós redemocratização. In: Kowarick, Lúcio; Marques, Eduardo (org.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 207-32.

Lopez, Felix; Almeida, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62, p. 157-81. DOI: 10.1590/1678-987317256207

Magri, Giordano M. *Marginalising Statecraft: Policy, Displacement and Urban Marginality in São Paulo's Crackland*. Tese (doutorado) – Universidade Groningen, Groningen, 2026. DOI: 10.33612/diss.1508826253

Marques, Eduardo. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.

Marques, Eduardo. Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329509/2017

Marques, Eduardo.*As políticas do urbano em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2018.

Marques, Eduardo (ed.). *The Politics of Incremental Progressivism: Governments, Governances e Urban Policy Changes in São Paulo*. Nova York: Wiley, 2021.

Marques, Eduardo; Hoyler, Telma. The Politics of Executive-Legislative Relations. In: Marques, Eduardo (ed.). *The Politics of Incremental Progressivism: Governments, Governances and Urban Policy Changes in São Paulo*. Nova York: Wiley, 2021, p. 69-91.

Marques, Eduardo; Peres, Ursula; Armani, Gabriela. What Difference Does Politics Make in Municipal Budgets? Evidence from Brazil. *Local Government Studies*, 2026. DOI: 10.1080/03003930.2026.2649167

Marques, Eduardo; Torres, Haroldo (org.). *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

Marques, Francisco. *O grupo César Maia: líderes, partidos e política no Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – PPGACP/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

Memória Globo. Escândalo da Máfia dos Fiscais. *Memória Globo*, 28 out. 2021. Disponível em: ‹https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/escandalo-da-mafia-dos-fiscais/noticia/escandalo-da-mafia-dos-fiscais.ghtml›. Acesso em: 30/7/2026.

Minarelli, Guilherme. *Propriedade e desigualdade: IPTU e acesso à habitação em São Paulo (1995-2020)*. Tese (doutorado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/T.8.2025.tde-13062025-155620

Molfese, Laura. TJ mantém multa de R$ 24,8 mi à Prefeitura de SP por decisão sobre aborto. *CNN*, 9 jul. 2026. Disponível em: ‹https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tj-mantem-multa-de-r-248-mi-a-prefeitura-de-sp-por-decisao-sobre-aborto/›. Acesso em: 18/8/2026.

Monteiro, Pedro D. C. et al. Smart Sampa: Transparência para quem? Transparência de quê?. Nota técnica. São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). Disponível em: ‹https://lapin.org.br/wp-content/uploads/2026/02/VF__NOTATECNICASMARTSAMPA__020226.pdf›. Acesso em: 18/8/2026.

Patriarca, Paola; Dauer, Letícia. Justiça de SP decide que Programa Reencontro, que oferece casas para moradores de rua, é inconstitucional. *G1 São Paulo*, 21 nov. 2024. Disponível em: ‹https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/11/21/justica-de-sp-decide-que-programa-reencontro-que-oferece-casas-para-moradores-de-rua-e-inconstitucional.ghtml ›. Acesso em: 31/7/2026.

Peres, Ursula; Marques, Eduardo; Armani, Gabriela. Exploring the Heterogeneity of Brazilian Municipalities: Continuous Differences of Discrete

Types?. *Brazilian Political Science Review*, v. 20, n. 2, e0005, 2026. DOI: 10.1590/1981-38212026000200005

Pierucci, Antônio F.; Lima, Marcelo C. de. São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos Cebrap* 35, v. 1, 1993, p. 94-99.

Portugheis, Débora J. *A falácia da eficiência: as parcerias público-privadas na política habitacional de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/D.8.2024.tde-21012025-122311

Power, Timothy; Rodrigues-Silveira, Rodrigo. Mapping Ideological Preferences in Brazilian Elections, 1994-2018: A Municipal-Level Study. *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 1, e0001, 2019. DOI: 10.1590/1981-38212019000100001

Reia, Jess. Smart Infrastructure, Techno-authoritarianism, and the Threat to Democracy in Brazil. *Dialogues on Digital Society*, v 1, n. 1, 2025, p. 278-82. DOI: 10.1177/29768640251382644

Reportagem Local. Pitta tem prisão decretada por não pagar pensão à ex-mulher. *Folha de S.Paulo*, 23 nov. 2008. Disponível em: ‹https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2311200807.htm›. Acesso em: 30/7/2026.

Requena, Carolina. *O paradigma da fluidez do automóvel: burocracias estatais e mobilidade em São Paulo*. Dissertação (mestrado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/D.8.2015.tde-16062015-124807

Rocha, Marta. Governismo local: relação Executivo-Legislativo em municípios do estado de Minas Gerais. *Opinião Pública*, v. 27, n. 1, 2021, p. 189-229. DOI: 10.1590/1807-01912021271189

Rodrigues, Soraya. *Casa própria ou apropriada? duas abordagens: o FUNAPS Comunitário e o Projeto Cingapura*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: 10.11606/D.16.2006.tde-24042007-144152

Sampaio, Patrícia; Sampaio, Rômulo; Pavão, Bianca. Gestão de parques urbanos por particulares: o caso da cidade de São Paulo. *Revista de Direito da Cidade*, v. 13, n. 4. DOI: 10.12957/rdc.2021.51798

São Paulo. Controladoria Geral do Município. SP Parcerias – São Paulo Parcerias. *Portal da Transparência*, s.d. Disponível em: ‹https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/adm__indireta/sp-parcerias/›. Acesso em: 31/7/2026.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 11.659, de 4 de novembro de 1994. Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança... Publicado na Secretaria do Governo Municipal, 4 nov. 1994. Disponível em: ‹https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L11659.pdf›. Acesso em: 30/7/2026.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Decreto n. 34.836 de 31 de janeiro de 1995. Regulamenta a Lei n. 10.862, de 4 de julho de 1990,

que dispõe sobre a restrição ao tabagismo nos locais que especifica. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, 31 jan. 1995. Disponível em: ‹https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/decreto-34836-de-31-de-janeiro-de-1995/consolidado›. Acesso em: 30/7/2026.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 12.490 de 3 de outubro de 1997. Autoriza o Executivo a implantar Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores no Município de São Paulo e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: ‹https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/lei-12490-de-03-de-outubro-de-1997›. Acesso em: 18/8/2026.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Lei n. 14.517, de 16 de outubro de 2007. Institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias - SPP e dá outras providências. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, 16 out. 2007. Disponível em: ‹https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/lei-14517-de-16-de-outubro-de-2007›. Acesso em: 31/7/2026.

São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Especial de Comunicação. Nova Marginal Tietê terá três novas faixas em cada sentido. Publicado no site da Prefeitura de São Paulo, 4 jun. 2009. Disponível em: ‹https://prefeitura.sp.gov.br/web/comunicacao/w/noticias/121012›. Acesso em: 30/7/2026.

Sauaia, André; Amorim, Anália Maria. Percepção crítica sobre a desestatização do Vale do Anhangabaú a partir de 2021. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 111, 2024 p. 233-56. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438111.013

Schelp, Diogo. Ricardo Nunes está dinamitando o Carnaval de rua de São Paulo. *Estadão*, 22 fev. 2026. Disponível em: ‹https://www.estadao.com.br/politica/diogo-schelp/ricardo-nunes-esta-dinamitando-o-carnaval-de-rua-de-sao-paulo›. Acesso em: 31/7/2026.

Serra, José. A cidade limpa não está à venda. *Estadão*, 11 jun. 2026. Disponível em: ‹https://www.estadao.com.br/opiniao/jose-serra/a-cidade-limpa-nao-esta-a-venda›. Acesso em: 18/8/2026.

Silva, Patrick. *O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção*. Dissertação (mestrado) – PPGCP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/D.8.2014.tde-21052015-113557

Souza, Felipe. *A batalha pelo centro de São Paulo: Santa Efigênia, concessão urbanística e projeto Nova Luz*. São Paulo: Editora Paulo, 2011.

Spinelli, Evandro. Alvo de protestos, Kassab enfrenta manifestantes. *Folha de S.Paulo*, 26 jan. 2007. Disponível em: ‹https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2601200713.htm›. Acesso em: 30/7/2026.

Spira, Vinícius. *Desafios do acolhimento: espaço, política e pedagoai nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2017.

Stempka, Thomas. Largo do Arouche: São Paulo's Queer Militant Battlefield. In: Marinic, Gregory; Meninat, Pablo (ed.). *About Streets: Perspecti-*

ves on Urbanism, Architecture, and Placemaking. Cham: Springer, 2025, p. 401-10. DOI: 10.1007/978-3-031-84231-3__27

Stone, Clarence. Urban Regimes and the Capacity to Govern: A Political Economy Approach. *Journal of Urban Affairs*, v. 15, n. 1, 1993, p. 1-28. DOI: 10.1111/j.1467-9906.1993.tb00300.x

Teixeira, Marco Antonio. Paulo Maluf: ascensão e declínio de uma liderança política. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, v. 5, n. 14, 2012, p. 31-45. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9848. Acesso em: 25/8/2026.

TRE-SP – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Estatísticas, s.d. Disponível em: ‹https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/estatisticas›. Acesso em: 25/8/2026.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Portal de Dados abertos do TSE, s.d. Disponível em: ‹https://dadosabertos.tse.jus.br/›. Acesso em: 25/8/2026.

Weller, Leonardo; Limongi, Fernando. *Democracia negociada: política partidária no Brasil da Nova República*. São Paulo: FGV, 2024.

Zucco, Cesar; Power, Timothy. The Ideology of Brazilian Parties e Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress. *Latin American Politics and Society*, v. 66, n. 1, 2024, p. 178-88. DOI: 10.1017/lap.2023.24

CC BY